

## RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

MORAIS, Rui; AREZES, Andreia (2019) – *Minoicos: os guardiões da primeira civilização europeia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 113 pp., ISBN 978-989-26-1817-3

[http://doi.org/10.14195/1647-8657\\_63\\_9](http://doi.org/10.14195/1647-8657_63_9)

A iniciativa de proporcionar literatura em língua portuguesa sobre o Egeu pré-clássico é por si só louvável. Enquanto a época Clássica, certamente mais por parte de Estudos Clássicos do que da Arqueologia, sempre recebeu ampla atenção, o mesmo não pode ser dito da Idade do Bronze na Grécia. É curioso que os Minoicos, com todo o luxo e exuberância de seus palácios, não tenham cativado o mesmo fascínio que as civilizações clássicas. Decerto que os Minoicos estiveram por muito esquecidos e sua cultura não ecoa tão fortemente na nossa. Mas deixando de lado aqueles ecos que nos chegam pela memória que preservou a mitologia e literatura clássica, essa civilização, independente de continuidades, é interessante em seu próprio direito. Nota-se uma lamentável lacuna de publicações nessa área que esse livro começa a preencher.

O livro conta com cinco capítulos, antecedidos de um quadro cronológico e da introdução e seguidos de um apêndice e da bibliografia. Trata-se de uma iniciação sintética à civilização minoica, adequado para um primeiro contacto com o tema, especialmente para alunos de licenciatura, mas não será de todo inacessível para outros interessados. Num número bastante diminuto de páginas, os autores cumprem dar aos seus leitores uma visão geral dos principais aspetos da cultura minoica. O texto é claro e de fácil compreensão, mas consegue ao mesmo tempo ser estimulante, usando referências a mitos populares e a poesia homérica que o tornam atrativo para qualquer interessado na antiguidade grega.

Começo por comentar que a escolha do subtítulo foi um tanto quanto infeliz. “*Guardiões da Primeira Civilização Europeia*”, enquanto atrativo, faz lembrar desconfortavelmente o discurso de Arthur Evans e seus contemporâneos sobre a identidade ‘racial’ dos habitantes pré-históricos de Creta. A caracterização destas populações, chamadas por Evans de ‘raça mediterrânica’, como os primeiros europeus remonta aos estudos craniométricos vitorianos, conduzidos, nesse contexto, dentro de uma tentativa de desassociar as grandes civilizações clássicas da influência oriental (cf. DURAY, 2024).

Antes da introdução os autores apresentam as repartições cronológicas que são usadas para a Idade do Bronze no Egeu. Essa secção familiarizará o leitor com as diferentes terminologias para as fases e as equivalentes datas absolutas. A primeira frase dessa secção, que acaba por ser também a primeira do livro, avisa sobre a incerteza no enquadramento temporal, mas ainda assim, por todo o livro, os autores alternam entre as cronologias.

Inicialmente, como explicado no livro, as datas eram baseadas no cruzamento com informações de fontes históricas e arqueológicas de outras áreas do mediterrâneo, especialmente do Egipto. Dispondo-se agora de outros métodos mais modernos, como o radiocarbono e dendrocronologia, é possível obter datas cada vez mais precisas, embora ainda muito debatidas. A vantagem do uso da datação relativa é que, quando novas evidências permitem afinar a cronologia absoluta o texto permanece atualizado. Outro problema é que os autores oferecem apenas uma cronologia, quando há mais de uma proposta. Chamam-se *alta* e *baixa* cronologias as que têm em conta as datas possíveis mais recuadas e as mais recentes, mas os autores não indicam qual está sendo usada ou qual método foi aplicado para sua obtenção.

O primeiro capítulo, após uma introdução geral do livro e dos minoicos, “Os primeiros passos da arqueologia cretense”, é uma breve história das primeiras intervenções arqueológicas em Creta, uma contextualização importantíssima para os fatores sociais e ideológicos que permeiam a gênese do estudo da área. Em cada dos quatro sucessivos capítulos um aspeto central da cultura minoica é abordado.

No capítulo “Os grandes palácios e outros centros menores”, são apresentados os palácios, não só de um ponto de vista arquitetónico, mas também cultural, uma vez que compreender a vida em torno destes centros é essencial para compreender a cultura minoica. O capítulo terceiro, “O mundo do Egeu”, é dedicado à inserção de Creta no Egeu, às relações entre os Minoicos e os demais povos da região, e à influência por eles exercida. O capítulo quarto, intitulado “A religião cretense”, desenvolve acerca dos ambientes de culto em Creta, suas práticas rituais e panteão, e o lugar da religião na vida e cultura minoicas. O final, “A escrita”, apresenta os diferentes sistemas de escrita utilizados em Creta, onde no Egeu a escrita foi primeiro desenvolvida. Por fim, o apêndice é dedicado à arte, com atenção especial para a pintura.

Na introdução os autores mencionam a “minoicização do continente” (p. 13), usando como evidência os artefactos minoicos e de inspiração minoica nos túmulos reais de Micenas. O uso pouco elaborado desse conceito dá a impressão de uma expansão minoica sobre o continente, da forma como tinha imaginado Evans, e ignora modelos mais recentes como o ‘Efeito Versalhes’, um conceito introduzido em 1984 por Malcolm Wiener, que tem em conta as particularidades da influência minoica na península Grega. Nesse incontornável artigo, procedente do terceiro simpósio internacional “The Minoan Thalassocracy, Myth and Reality”, promovido pelo Instituto Sueco de Atenas, Wiener (1984) compara a relação entre Creta e o continente com a que tinha França e as principais capitais

da Europa no século XVIII, para explicar a adoção de arte, moda, técnicas e costumes, numa perspetiva de emulação cultural e não de imposição ou domínio.

A diversidade de situações encontradas pelo Egeu sob a influência minoica é novamente ignorada pelos autores no capítulo terceiro, que trata a presença minoica fora de Creta monoliticamente. O próprio termo *talassocracia* (pp. 39-40), explicado no mesmo capítulo, tem sido mais recentemente considerado desatualizado e inadequado para descrever a atuação extra insular minoica. O termo deriva de fontes clássicas que são citadas no livro, com os trechos relevantes inclusos. Essas fontes ocupam muito espaço no capítulo e acrescentam pouco, pelo que poderiam ter sido limitadas a uma nota de rodapé. Estando separadas dos Minoicos por séculos, são provavelmente mais reflexivas das ideologias e tradições míticas de seu tempo.

O recurso aos poemas homéricos é um problema não só no contexto acima referido. Enquanto subtítulos como “A imensa Cnossos” e “Mália, o palácio de Sárpedon” do segundo capítulo são referências divertidas e inócuas, o uso de *aqueus* no quarto (pp. 65 e 69) para designar os Micênicos é mais controverso e problemático. A única evidência de que esse nome já fosse usado na altura está nos arquivos hititas onde há menções de uma terra a que chamam *Ahhiyawa*, que se aceita corresponder à Grécia continental. A derivação etimológica de *Achaioi* para *Ahhiyawa*, porém, é improvável (FINKELBERG, 1988). Em geral, em literatura académica, não se usa *aqueu* como sinónimo de micénico para evitar associações que não correspondem com a realidade atestada pela arqueologia ou criar estereótipos que influenciem as interpretações, especialmente porque, não sendo esse o único etnónimo usado em Homero para designar os gregos, as implicações do termo não são inteiramente compreendidas (MILLER, 2014: 106).

O capítulo que apresenta os principais centros minoicos, seus históricos de escavação, de ocupação e suas principais características e particularidades – o segundo –, contém todas as informações essenciais, deixando o leitor com uma boa noção da topografia cretense minoica. Sente-se, contudo, a falta de um mapa para permitir mais facilmente visualizar a distribuição dos sítios pela ilha. A inclusão de outros mapas em anexo igualmente facilitaria a um iniciante situar Creta e todos os outros sítios mencionados no Egeu. Um livro de carácter introdutório como este sempre se beneficia de auxílios visuais que aqui se encontram completamente em falta.

No capítulo dedicado às escritas – o quinto –, a inclusão do Linear B, tendo em vista a importância desta escrita, somada à limitada bibliografia existente em língua portuguesa, é compreensível (cf. MAGUEIJO, 1980, um dos poucos disponíveis). Mas sendo uma escrita micénica, é estranha a decisão de dedicar-lhe mais espaço do que às duas outras escritas minoicas. O Hieróglifo Cretense, o Disco de Festos, e o Linear A ocupam juntos um total de oito páginas, enquanto o Linear B conta com dez. Reconhece-se, é claro, que, sendo escritas não decifradas e com um número bastante reduzido de documentos, há menos informação disponível para oferecer, mas essas escritas existem dentro

de um complexo sistema administrativo que as precede e de que muito se pode dizer. Tendo sido dado espaço ao Linear B, igualmente teria sido importante aludir ao Cipro-Minoico, outra escrita que se pensa ser relacionada ao Linear A e de que resultou o Silabário Cipriota, mencionado no livro (p. 84). Talvez merecessem referência, a par do disco de Festos, os selos de *Archanes* e o machado de *Arkalochori*.

Na bibliografia aparece citada a primeira edição de *Documents in Mycenaean Greek*, mas recomenda-se preferencialmente o uso da segunda (VENTRIS e CHADWICK, 1973). A segunda edição contém todo o conteúdo da primeira inalterado, mas com a adição de notas por Chadwick comentando ou retificando alguns pontos. A segunda edição é assim estruturada justamente para preservar o trabalho de Ventris, que nessa altura já tinha falecido, mas também, tendo transcorrido algum tempo desde a decifração, atualizar os dados. Devemos chamar a atenção para a ideia transmitida de que o Linear A seja um “desenvolvimento tardio” do Hieroglífico Cretense (p. 79), outra das impressões iniciais de Evans (1909: 18) que já não é amplamente aceite (cf. PENA, 2014). Além disso, parece também haver uma confusão na forma como são transliterados os símbolos do Linear B (p. 23), pois convencionalmente, os silabogramas são alfabeticamente representados por caracteres minúsculos.

O Linear B é usado também em outras secções como evidência para práticas culturais e religiosas, mas esta era a escrita da administração micénica e, portanto, reflete práticas culturais somente a partir de sua presença na ilha, fora do enquadramento cronológico do livro. Ainda que possamos ocasionalmente assumir continuação e empréstimos entre as duas culturas, o leitor precisa ser devidamente alertado dos potenciais anacronismos e das limitações dessa abordagem.

Esta questão é especialmente evidente no capítulo sobre religião, também no tratamento de fontes históricas e de mitologia como evidência. Na secção dedicada às divindades cretenses, os autores listam, dentre outros, Dioniso, Deméter e Asclépio. Não ficam claras as evidências de que estes deuses já fossem cultuados na Creta minoica. É dito que por muito tempo se pensava que Dioniso teria sido uma inclusão tardia (pp. 62-63), e de fato o Linear B demonstra que ele já era cultuado desde o período Micénico, mas a conexão entre esse fato e o possível culto do deus na Creta minoica necessita de mais explicações.

O nome de Deméter sequer figura nas tabuinhas. Muitos a identificam com a divindade *si-to-po-ti-ni-ja* (a senhora dos grãos) que aparece em Knossos, podendo-se assumir que essa fosse uma antecessora ou uma deusa similar de quem Deméter por influência cretense herdou atributos, mas não é seguro afirmar que a Deméter conhecida do período clássico tenha sido cultuada pelos Minoicos. O exemplo de Asclépio também requer explicações adicionais, porque esse deus em nenhuma forma ou nome é conhecido desse período, e o fato de ser cultuado posteriormente não é indicativo de que o mesmo fosse verdade na Idade do Bronze.

Por vezes os autores se apoiam demasiadamente na evidência iconográfica. O fresco do salto do touro, por exemplo, recebe bastante destaque, mas a evidência é muito limitada para atribuir a essa prática tamanha importância na

sociedade minoica. A comensalidade, por outro lado, nem de perto tão visualmente empolgante, era uma prática central e é também mais bem documentada arqueologicamente (BORGNA, 2004). Embora tenha seu espaço, não encontra a mesma ênfase no livro. A escolha de vocabulário, por vezes, contribui para esta mesma imagem, conferindo aos Minoicos grande estranheza e exotismo.

Como suprarreferido, o apêndice é completamente dedicado à arte minoica. Não é claro o porquê de ser chamado apêndice quando poderia perfeitamente ser mais um capítulo, mas a adição é bem-vinda. Na falta de auxílio visual (presumivelmente ausente por uma decisão de pragmatismo editorial) os autores fazem um bom trabalho descritivo para proporcionar ao leitor noções básicas dos estilos e das técnicas empregadas por esta civilização. É pena que a ourivesaria disponha somente de dois parágrafos e nota-se também a ausência dos chamados ‘jarros de estribo’ (*stirrup jars*). Embora sejam mais comumente associados à civilização micênica, sua presença em Creta precede seu aparecimento e popularização no continente (HASKELL, 1985).

Estudantes interessados em aprofundar seus estudos teriam se beneficiado de mais indicações bibliográficas. Sendo um livro de síntese, sem contributos originais, chama a atenção que todas as referências bibliográficas usadas somam o pequeno total de três páginas. Embora o livro esteja pejado das interpretações e impressões iniciais de Evans (que, em justiça dos autores deve-se mencionar, dominaram os discursos acadêmicos por muito tempo) nenhuma de suas publicações, apesar de apresentadas de passagem no segundo capítulo, se encontram citadas. Contudo, ainda que não consiga facilitar o aprofundamento do estudo, o livro sucede em ser uma ferramenta de iniciação ao estudo da Idade do Bronze no Egeu, oferecendo uma introdução básica aos principais aspetos da cultura minoica.

## Bibliografia

- BORGNA, Elisabetta (2004) – Aegean Feasting: A Minoan Perspective, *Hesperia*, 73, 2, pp. 247-279.
- DURAY, Anne (2024) – Racial Discourses in Aegean Prehistory c. 1900: The Case of the Cupbearer Fresco at Knossos, *European Journal of Archaeology*, 27, 2, pp. 231-249. doi:10.1017/ea.2024.3
- EVANS, Arthur (1909) – *Scripta Minoa: the written documents of Minoan Crete with special reference to the archives of Knossos (Band I): The hieroglyphic and primitive linear classes*, Oxford: Clarendon Press.
- FINKELBERG, Margalit (1988) – From Ahhiyawa to Achaioi, *Glotta*, 66, pp. 127-134.
- HASKELL, Hal (1985) – The Origin of the Aegean Stirrup Jar and its Earliest Evolution and Distribution (MB III-LB I), *AJA*, 89, 2, pp. 221-229.
- MAGUEJO, Custódio (1980) – *Introdução ao Grego Micênico*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MILLER, Gary (2014) – *Ancient Greek Dialects and Early Authors: Introduction to the Dialect Mixture in Homer, with Notes on Lyric and Herodotus*, Berlin, Boston: De Gruyter.

- PENA, Massimo (2014) – The Birth of Administration and Writing in Minoan Crete: Some Thoughts on Hieroglyphics and Linear A, in NAKASSIS, D.; GULIZIO, J.; and JAMES, S., eds. – *KE-RA-ME-JA: Studies Presented to Cynthia W. Shelmerdine*, Philadelphia: INSTAP Academic Press, pp. 251-260.
- VENTRIS, Michael e CHADWICK, John (1973) – *Documents in Mycenaean Greek*, 2nd ed., Cambridge: Cambridge University Press.
- WEINER, Malcolm (1984) – Crete and the Cyclades in LM I: The Tale of the Conical Cups, in HÄGG, R. and MARINATOS, N., eds. – *The Minoan Thalassocracy: Myth and Reality*, Stockholm: Paul Aströms Förlag, pp. 17-26.

Rafaela Freire de Abreu e Souza  
Universidade de Coimbra  
rfreire@arch.uoa.gr  
<https://orcid.org/0009-0002-5301-4839>